

TERMO DE REFERÊNCIA

1. UNIDADES ENVOLVIDAS

1.1. **UNIDADE INSTRUTORA:** Gerência de Apoio Técnico Operacional – GERAT

1.2. **UNIDADE DEMANDANTE:** Unidade de Negócio Bacia do Salgado - UNBSA

2. OBJETO

2.1. Dispensa de Licitação para Contratação de Empresa de Engenharia para Execução dos Serviços Técnicos de Manutenção nos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da Unidade de Negócio Bacia do Salgado - UNBSA, por demanda, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

2.2. Este objeto será realizado através de procedimento de licitação da Lei nº 13.303/2016, com critério de julgamento de MAIOR DESCONTO, por demanda, sob regime de execução indireta empreitada por preço unitário, e disputa aberta, sendo acatados lances intermediários, conforme determina o artigo 21, do Decreto Estadual nº 32.718, de 15 de junho de 2018.

3. JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos as Unidades de negócios do Interior vêm executando suas atividades de manutenção das redes de água e esgoto através de contratos de melhorias operacionais celebrados com empresas de engenharia.

Esse processo de terceirização de serviços foi implantado há vários anos, transformando-se numa das mais importantes ferramentas para a viabilização de ações de melhoria operacional programados para os sistemas de água que abastecem cidades do interior do Ceará, bem como, dos sistemas de esgotamento sanitário já existente.

Esse objeto contempla pedido de Dispensa de Licitação Emergencial (Art.29, XV Lei 13.303/16 e Art. 156 e seguintes do RLC) para contratação dos Serviços Técnicos de Manutenção em Rede de Água e Esgoto da Unidade de Negócio Bacia do Salgado (UNBSA), cujo serviço é imprescindível para a operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo máximo permitido é 180 (cento e oitenta) dias e quantitativos previstos sendo os mínimos necessários para fazer face ao período de emergência.

Considerando que a Unidade de Negócio Bacia do Salgado (UNBSA) necessita manter seus sistemas de abastecimento com a qualidade e continuidade necessária, buscando assim a satisfação de seus clientes e a fim de evitar a descontinuidade no abastecimento de água, solicitamos autorizar esta Dispensa de Licitação, em substituição ao contrato existente.

Através do processo: 0792.0000885/2018-39, a UNBSA solicitou a realização de processo licitatório para contratação dos serviços em substituição ao CTR0159/2017 que teve seu prazo encerrado em 02.04.2019. O referido processo gerou o SGL 727 que está com o início das atividades previstas para setembro de 2019.

Observamos ainda que os serviços objeto dessa contratação, de natureza contínua, serão executados conforme demanda da UNBSA em toda sua área de atuação. Assim, pelas características dos serviços que serão executados, não se faz necessária a obtenção de licença ambiental prévia. Também não se faz necessária a emissão de ART em virtude de não constituir novo projeto.

Por se tratar de contrato por demanda, não sendo possível determinar os quantitativos com precisão, os

serviços previstos correspondem a uma expectativa de execução, conforme surgimento da necessidade da Unidade, em toda a sua área de atuação, remunerando-se apenas as quantidades executadas.

Não foram estabelecidas parcelas do objeto em que a contratada terá liberdade para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré definida no projeto de licitação. Diante disso, não há necessidade de apresentação de matriz de risco para este procedimento licitatório.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. Este Termo de Referência, junto aos demais documentos a ele relacionados, estabelecem os requisitos mínimos e condições técnicas gerais para a execução dos serviços objeto desta contratação.

4.2. Todos os itens (materiais, equipamentos e insumos) necessários a perfeita realização dos serviços, ainda que não expressamente mencionados neste termo de referência, deverão ser previstos pelo proponente no momento de elaboração de sua proposta.

4.3. A CONTRATADA, antes da execução do serviço, deverá tomar ciência da localização, condições do terreno, acesso, condições climatológicas próprias da região, listagem de serviços.

4.4. A CONTRATADA se obriga a executar todos os serviços relacionados na Planilha de Orçamento, de acordo com o presente Termo de Referência, Manual de Encargos de Obras de e Regras Ambientais e de Segurança do Trabalho (disponíveis na internet no site <http://www.cagece.com.br/documentos>), orientações da FISCALIZAÇÃO da Cagece, Normas Internas da Cagece e Normas Técnicas da ABNT.

4.5. A CONTRATADA deverá apresentar à Cagece comprovante de Registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA antes da apresentação da primeira fatura.

4.6. A CONTRATADA deverá ter permanentemente um engenheiro civil habilitado e com experiência comprovada em serviços similares aos do objeto deste termo de referência para a condução dos trabalhos e um técnico ou tecnólogo de formação compatível com a atividade. A troca do responsável técnico implica na revisão e eventualmente rescisão do Contrato se o currículo do substituto não atender as exigências da Cagece.

4.7. À critério da FISCALIZAÇÃO, poderá ser exigida a emissão de ART – Anotação de responsabilidade Técnica por ocasião da emissão da Ordem de serviço.

4.8. A CONTRATADA deverá executar os serviços, dentro dos horários estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO da Unidade de Negócio, através de pessoas idôneas e tecnicamente capacitadas, obrigando-se a indenizar à Cagece, mesmo em caso de ausência ou omissão da FISCALIZAÇÃO, por danos causados em qualquer unidade dos seus sistemas de água ou esgoto, e em equipamentos, instalações e materiais, quer sejam praticados por seus empregados, prepostos ou mandatários seus.

4.9. Simultaneamente com a emissão da Ordem de Serviço do Contrato, a FISCALIZAÇÃO da UN deverá abrir um LIVRO DE OCORRÊNCIA, onde serão registrados todos os acontecimentos e ocorrências relativos à execução dos serviços e obrigatoriamente deverão ser assinados pela FISCALIZAÇÃO da UN e o engenheiro da CONTRATADA responsável pela condução dos serviços.

4.10. A CONTRATADA deverá manter o fardamento (calça, camisa ou bata, bota (em couro ou em borracha, conforme trabalho a executar) de toda sua equipe em bom estado, sem rasgos, manchas ou furos, fornecer um mínimo de 03 (três) conjuntos de fardamentos, por semestre, composto de 01 calça ou bermuda, 01 camisa ou bata, 03 pares de botas (02 em couro e 01 em borracha), para cada empregado, bem como também os equipamentos de segurança individual, tais como: luvas, capacetes, máscaras, capa de chuva e crachá com fotografia 3x4, para identificação de seus empregados, como prestadores de serviços a Cagece. O custo referente aos uniformes e equipamentos de proteção está incluso nos preços dos demais serviços.

- 4.11. Não será permitida a execução dos serviços caso o operador não esteja fardado, com fardamento incompleto ou em mau estado de uso ou ainda sem os equipamentos de proteção individual. O calçado deverá ser adequado ao serviço, não sendo permitido em hipótese nenhuma o uso de chinelos ou calçados abertos.
- 4.12. Os empregados deverão trabalhar uniformizados com nome da firma na parte posterior da camisa, bata ou similar, de acordo com o modelo adotado pela Cagece.
- 4.13. A CONTRATADA deverá recrutar e contratar a mão-de-obra especializada, em seu nome e sob sua total responsabilidade, sem qualquer solidariedade da Cagece. Também ficará a cargo da CONTRATADA todos os custos de treinamento de seu pessoal, com a finalidade de capacitá-los para o exercício de suas atividades.
- 4.14. A CONTRATADA assumirá todos os encargos relativos a pessoal e demais obrigações estabelecidas na legislação trabalhista, inclusive os referentes a acidentes de trabalho, quando as vítimas forem seus empregados durante o desempenho de suas funções ou em conexões com as mesmas, ainda que ocorridos nas dependências da Cagece.
- 4.15. A CONTRATADA deverá informar os membros de sua equipe de trabalho à UN, fornecendo uma relação com nome, endereço, número da Carteira Profissional e qualificação, antes do recebimento da Ordem de Serviço. Qualquer alteração deverá ser comunicada à FISCALIZAÇÃO da Cagece.
- 4.16. Durante a execução dos serviços a CONTRATADA deverá observar o fiel cumprimento das normas, utilização de vestimenta adequada por parte de seus empregados, utilização de dispositivos e equipamentos de segurança contra acidente de trabalho de acordo com a natureza dos serviços, bem como a sinalização diurna e noturna de vias públicas e calçadas, quando necessária.
- 4.17. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá tomar as devidas precauções para não danificar as estruturas, calçadas, muros ou jardins, etc de terceiros. Após a conclusão dos mesmos a CONTRATADA deverá remover todos os materiais e resíduos deixando o local na mesma condição encontrada, recuperando tudo o que houver sido danificado, obedecendo ao mesmo tipo modelo, cor e especificação e qualidade dos materiais existentes, tudo de acordo com a orientação e aprovação da FISCALIZAÇÃO da Cagece.
- 4.18. A CONTRATADA será a única responsável pelos reparos ou reconstruções de qualquer tipo de danos causados a terceiros.
- 4.19. A instalação e a despesa com o consumo de energia elétrica e de água utilizados pela CONTRATADA é de sua inteira responsabilidade junto às concessionárias.
- 4.20. A recuperação do pavimento, nos locais de intervenção para a execução dos serviços de ampliação de rede, será de responsabilidade da CONTRATADA, estando os custos incluídos nos preços unitários.
- 4.21. A CONTRATADA deverá dispor de todos os materiais, ferramentas e equipamentos que possibilitem a execução dos serviços com maior eficiência e agilidade.
- 4.22. A CONTRATADA será a única responsável pela execução e responderá pela qualidade e cumprimento do prazo. Nenhuma alteração de fornecimentos ou especificações poderá ser feita sem a prévia aprovação, por escrito, da FISCALIZAÇÃO.
- 4.23. Para aplicação da marca da Companhia, a CONTRATADA deverá atender às especificações de cores e materiais constantes do Manual de Identidade Visual da Cagece/Governo do Estado - disponível na Assessoria de Comunicação da Cagece (ASCOM).
- 4.24. Para os serviços em que seja necessário transporte de materiais pesados, deverão ser utilizados veículos com capacidade de carga compatível com o equipamento a transportar.

4.25. O transporte de equipes deverá seguir a legislação de trânsito vigente.

4.26. Por ocasião da emissão da Ordem de Serviço do Contrato, a CONTRATADA deverá comprovar através de notas fiscais ou contratos de locação, que dispõe dos equipamentos e ferramentas relacionados acima. A CONTRATADA também deverá informar, a relação quantitativa e qualitativa dos equipamentos e veículos, com as respectivas placas, que colocará à disposição da Cagece, durante a execução dos serviços contratados.

4.27. A Cagece poderá vistoriar, a qualquer tempo, a CONTRATADA com a finalidade de comprovar a existência dos equipamentos e ferramentas informados pela empresa e as condições de operação dos mesmos.

4.28. A CONTRATADA se obriga a executar todos os serviços relacionados nas Planilhas de orçamento deste edital, inclusive recuperação de pavimento de passeio que tenha sido danificado ou não pela CONTRATADA.

4.29. É de responsabilidade da CONTRATADA a guarda de materiais, veículos e equipamentos quando não estiverem sendo utilizados pelas frentes de serviços.

4.30. Para os serviços em que seja necessário transporte de materiais pesados, deverão ser utilizados veículos com capacidade de carga compatível com o equipamento a transportar.

4.31. O transporte de equipes deverá seguir a legislação de trânsito vigente.

4.32. Por ocasião da emissão da Ordem de Serviço do Contrato, a CONTRATADA deverá comprovar através de notas fiscais ou contratos de locação, que dispõe dos equipamentos e ferramentas relacionados acima. A CONTRATADA também deverá informar, a relação quantitativa e qualitativa dos equipamentos e veículos, com as respectivas placas, que colocará à disposição da Cagece, durante a execução dos serviços contratados.

4.33. A Cagece poderá vistoriar, a qualquer tempo, a CONTRATADA com a finalidade de comprovar a existência dos equipamentos e/ou ferramentas informados pela empresa e as condições de operação dos mesmos.

4.34. A CONTRATADA se obriga a executar todos os serviços relacionados na Planilha de Orçamento, inclusive recuperação de pavimento de passeio que tenha sido danificado ou não pela CONTRATADA.

4.35. Os serviços de pavimentação asfáltica deverão ser executados em conformidade com as instruções de procedimento e normas do DNIT, DNER, Prefeitura e orientações da FISCALIZAÇÃO.

4.36. No caso de autuação da Prefeitura em relação à pavimentação de um serviço executado pela CONTRATADA, a mesma terá que refazer o serviço sem ônus para a Cagece;

4.37. Caso ocorra o descumprimento de qualquer uma das exigências anteriormente citadas por parte da CONTRATADA, a FISCALIZAÇÃO da Unidade de Negócio poderá efetuar aplicação de multa e outras penalidades, até que sejam prontamente atendidas as solicitações da Cagece.

4.38. Caberá à empresa executora a responsabilidade de executar os serviços de acordo com as exigências contidas neste termo de referência e seus anexos, por lote, bem como nos seus documentos integrantes, independente de sua transcrição, destacando-se entre outros: especificações técnicas, planilhas, Ordem de Serviço Comercial (OSC), Ordem de Serviço Específica (OSE), MEOS (Manual de Encargos de Obras de Saneamento), normas técnicas, legislação trabalhista e demais procedimentos, devendo ainda atentar para os seguintes aspectos:

4.38.1. Participar da abertura do Livro de Ocorrências atualizando-o diariamente. Semanalmente deverão ser destacadas as vias devidamente já assinadas, sendo a primeira via (branca) arquivada pela FISCALIZAÇÃO da Cagece, a segunda via (verde) pela CONTRATADA e a terceira via (rosa) permanecendo no livro.

- 4.38.2. Participar da interface dos serviços com os órgãos e entidades prestadoras de serviços públicos;
- 4.38.3. Atentar para o cumprimento dos aspectos contratuais conforme rotinas aprovadas pela Cagece;
- 4.38.4. Quando necessária, a abertura de valas só poderá ser executada após sinalização do trecho e autorização da FISCALIZAÇÃO;
- 4.38.5. O assentamento de redes (de distribuição e coletoras) só deverá ser executado na presença da FISCALIZAÇÃO;
- 4.38.6. O reaterro deverá ser acompanhado pela FISCALIZAÇÃO, devendo a substituição ou não do solo ser previamente autorizada;
- 4.38.7. O recebimento provisório dos trechos relativos ao Sistema de Abastecimento de Água se dará após inspeção juntamente com a FISCALIZAÇÃO, incluindo:
- 4.38.7.1. Teste hidrostático a cada 500m no caso de adutora executada;
- 4.38.7.2. Nas caixas de ventosa e descarga será verificada profundidade, acabamento e disposição do equipamento na caixa;
- 4.38.7.3. Nos pavimentos serão verificados espessura, qualidade do pavimento, abatimentos, ondulações e fissuras;
- 4.38.7.4. Na limpeza será verificada a existência de material proveniente do serviço;
- 4.38.7.5. No meio-fio serão verificados caiação, posicionamento e acabamento.
- 4.38.8. O recebimento provisório dos trechos relativos ao Sistema de Esgotamento Sanitário se dará após inspeção junto a FISCALIZAÇÃO, incluindo:
- 4.38.8.1. Nos poços de visita serão verificados profundidade e acabamento;
- 4.38.8.2. Nos pavimentos serão verificados espessura, qualidade do pavimento, abatimentos, ondulações, fissuras e nivelamento da tampa do PV com a rua;
- 4.38.8.3. Na limpeza será verificada a existência de material proveniente do serviço;
- 4.38.8.4. No meio-fio serão verificados caiação, posicionamento e acabamento;
- 4.38.8.5. Na tubulação serão realizados os testes relacionados no manual de encargos.
- 4.38.9. A sinalização dos serviços deverá estar consoante com o MEOS da Cagece e normas da Prefeitura do Município em que serão realizados os serviços, considerando os seguintes itens mais sem a eles se limitarem: placas de sinalização de obras, sinalização noturna, tapume contínuos ou descontínuos, conforme determinação da FISCALIZAÇÃO. Todas as placas deverão possuir indicação do nome da CONTRATADA, prazo de execução (início e término do trecho), bem como o n.º do telefone da CONTRATADA para registro de reclamações, conforme padrão Cagece.
- 4.39. A CONTRATADA deverá apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, quando do início da obra/serviço, conforme Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental competente e Relatórios de gerenciamento em periodicidade determinada pelo órgão ambiental.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 5.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos próprios.

5.1.1. O valor estimado para esta licitação é de R\$ 1.063.865,57.

6. DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

6.1. Quanto à execução:

6.1.1. O objeto contratual deverá ser executado em conformidade com as especificações e prazos estabelecidas neste instrumento, nos endereços, prazos e horários estabelecidos pela UN-BSA.

6.1.2. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de execução, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

6.2. Quanto ao recebimento:

6.2.1. PROVISORIAMENTE, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto contratual com as especificações, devendo ser feito por pessoa credenciada pela contratante.

6.2.2. DEFINITIVAMENTE, sendo expedido termo de recebimento definitivo, após verificação da qualidade e da quantidade do objeto, certificando-se de que todas as condições estabelecidas foram atendidas, e, consequente aceitação das notas fiscais pelo gestor da contratação, devendo haver rejeição no caso de desconformidade.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado no trigésimo dia contado da data do encerramento da medição, devidamente atestada pelo gestor da contratação, acompanhada de todos os documentos complementares descritos no item 7.6, mediante crédito em conta-corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

7.2. A partir da data do encerramento da medição, o fornecedor tem 05 (cinco) dias para apresentar todos os documentos complementares. Caso seja ultrapassado este prazo, os 30 (trinta) dias citados no item 7.1 somente começarão a contar a partir da data de entrega da nota fiscal e do último documento complementar exigido no subitem 7.6.

7.3. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à CONTRATADA para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem 7.1 começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

7.4. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

7.6. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes documentos complementares a medição:

7.6.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

7.7. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

7.8. Nos casos de eventuais atrasos ou antecipações de pagamentos, haverá recomposição ou desconto

com base nos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês "pro rata die", a partir da data do vencimento e a data do efetivo pagamento.

7.9. O pagamento da CONTRATADA pela CONTRATANTE será determinado exclusivamente de acordo com as quantidades de serviços efetivamente executadas e concluídas pela CONTRATADA, após terem sido aceitas, medidas e recebidas pela FISCALIZAÇÃO, levando em conta os respectivos preços unitários propostos. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

8. DOS PREÇOS E DO REAJUSTAMENTO

8.1. Os preços são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses da apresentação da proposta comercial. Após os 12 (doze) meses os preços contratuais serão reajustados, tomando-se por base a data da apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC, - DI – TOTAL – MEDIA GLOBAL, COLUNA 35, constante no portal do INSTITUTO.

8.2. No cálculo dos reajustes se utilizará a seguinte fórmula:

$$R = V [(I - I_0) / I_0],$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I₀ = Índice inicial – correspondente ao mês da entrega da proposta;

I = Índice final – correspondente ao mês de aniversário anual da proposta.

8.3. A aplicação do reajuste se fará a partir do 13º mês após a data-limite da apresentação da proposta de preços, sendo que o seu valor percentual (calculado com a aplicação da fórmula acima) se manterá fixo por 12 meses, e assim sucessivamente a cada 12 meses.

8.4. A data base de referência da proposta de preços será a data de apresentação da proposta de preços, e os possíveis reajustes, calculados a partir desta.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a contratada estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

9.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

a) Multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.

b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da medição mensal do serviço.

c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da medição mensal do serviço, até o limite do percentual fixado na alínea e, hipótese que pode resultar na rescisão da avença. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.

d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da medição mensal do serviço, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.

e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela contratante.

9.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então, descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

9.2. As multas previstas não eximem a CONTRATADA de reparação por eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

9.3. Nenhuma sanção será aplicada sem que seja assegurado em processo administrativo para apuração dos fatos, os direitos da ampla defesa e do contraditório, no prazo de 10 (dez) dias úteis, previsto no §4º do art. 137 do RLC Cagece.

9.4. A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos à contratada em razão do contrato em que ocorreu a aplicação da multa ou de outros contratos firmados entre a CAGECE e a contratada, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

9.4.1. Se não for possível o pagamento da multa nos termos acima, a contratada recolherá a multa por meio de depósito bancário em nome da CAGECE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

9.5. Quando eventual multa aplicada não cobrir os prejuízos causados à Cagece, poderá ser exigida indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à CAGECE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a CAGECE proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.4.1. Para cumprimento do previsto neste subitem, será concedido o prazo de 03 (três) dias, contado da notificação.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específica de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6. Prestar, imediatamente, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

10.8. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da CONTRATANTE.

10.9. Realizar, às suas expensas, os reparos, ajustes ou substituições dos equipamentos, sempre que necessário.

10.10. Dispor de todas as permissões, certificados e licenças exigidas por lei para a execução dos trabalhos.

10.11. Adotar medidas necessárias à proteção ambiental para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor.

10.12. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.13. Cadastrar-se e manter atualizado cadastro da CAGECE para fins de gestão de contratos e efetivação de pagamento, disponível no endereço eletrônico <https://www.cagece.com.br/portal-do-fornecedor>.

10.14. Disponibilizar nos termos da Lei nº 15.854, de 24/09/2015, vagas de empregos a presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional e aos jovens do sistema socioeducativo entre 16 e 18 anos, que estejam cumprindo medida de semiliberdade.

10.14.1. Encaminhar mensalmente, respectivamente, à CISPE/SEJUS e à STDS, a folha de frequência dos presos e egressos e/ou jovens do sistema socioeducativo, contemplados com a reserva de vagas.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Serviço.

11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual.

11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

11.4. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste Termo.

11.6. Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento.

12. DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um gestor especialmente designado para este fim pela CAGECE a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

12.2. A existência e a atuação da FISCALIZAÇÃO não eximem a CONTRATADA da responsabilidade única, integral e exclusiva quanto à execução dos serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, especificações, código civil e demais leis ou regulamentos vigentes.

12.3. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da FISCALIZAÇÃO todos os meios de qualquer natureza, necessários e aptos a permitir a rápida e eficiente medição do serviço, inspeção das instalações, dos materiais e dos equipamentos.

13. PRAZO

13.1. O prazo de duração do contrato será de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da publicação do instrumento contratual.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Será admitida a subcontratação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou cooperativas, que se enquadrem no disposto no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, até o limite de 20% (vinte por cento) do objeto, desde que não constitua o escopo principal da contratação, e, se previamente aprovada pela contratante.

14.2. A subcontratação de que trata esta cláusula, não exclui a responsabilidade do contratado perante a contratante quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado, não constituindo portanto qualquer vínculo contratual ou legal da contratante com a subcontratada.

14.3. A contratada ao requerer autorização para subcontratação de parte do objeto, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 13.303/16.

16. AVALIAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA

16.1. A FISCALIZAÇÃO realizará análise periódica dos serviços prestados pela CONTRATADA de forma a avaliar o desempenho desta, sua organização e situação de instalações na obra, qualidade de materiais empregados, condições de funcionamento dos equipamentos, qualificação de pessoal entre outros aspectos.

16.2. Na vistorias da FISCALIZAÇÃO será verificado ainda o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência.

16.3. Todo estoque (quando houver) de materiais, ferramentas e equipamentos da CONTRATADA será avaliado quanto à forma de armazenamento que deverá ser feita em baia coberta para os agregados e em galpões protegidos para os demais materiais.

16.4. Serão vistoriados todos os veículos colocados à disposição das frentes de serviços, verificando-se sua adequação à equipe e ao tipo de serviço a que se destina, sinalização e segurança, ferramentas, caracterização da viatura, etc.

16.5. A verificação da performance da CONTRATADA SERÁ REALIZADA ATRAVÉS DO Formulário Auxiliar de avaliação da CONTRATADA, contemplando os itens relativos à qualidade, prazo e organização das frentes de serviço, conforme anexo.

16.6. A avaliação será realizada por medição.

16.7. Para a obtenção do conceito suficiente, a CONTRATAÇÃO deverá atingir um resultado médio dos

três grupos avaliados (qualidade, prazo e organização) igual ou superior a 6 (seis). A CONTRATADA que descumprir esta determinação poderá ter o contrato cancelado.

16.8. Se a CONTRATADA obtiver três conceitos INSUFICIENTES durante a vigência do contrato, ficará obrigada a substituir os profissionais responsáveis pela execução dos serviços e providenciar o equacionamento das não conformidades identificadas pela FISCALIZAÇÃO da Cagece. A CONTRATADA que descumprir esta determinação poderá ter o contrato cancelado.

16.9. Caso a CONTRATADA obtenha um índice de não conformidade superior a 10% nas fiscalizações realizadas e que não forem ocasionados por motivos alheios à sua vontade, ficará sujeita a multa.

16.10. Caso a CONTRATADA apresente um índice de não conformidade superior 10% por três meses consecutivos e que não forem devidamente justificados, ficará sujeita à multa e à rescisão do contrato.

16.11. Ao final do contrato, a FISCALIZAÇÃO aplicará a avaliação final da CONTRATADA, através do anexo Formulário de avaliação Final da CONTRATADA.

17. DAS TAXAS DE BDI DE SERVIÇOS E MATERIAIS

17.1. As taxas de BDI de Serviços e Materiais a serem utilizadas estão descritas nos anexos deste processo de licitação.

17.2. Os percentuais de ISS utilizados nos municípios do Ceará variam de 2% a 5% e deverá ser aplicado o valor correspondente ao município onde os serviços serão executados.

18. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA:

Anexo I – EXIGENCIAS PARA A LICITAÇÃO

Anexo II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Anexo III – ORDEM DE SERVIÇO ESPECÍFICA

Anexo IV – RELATÓRIO MENSAL DE SEGURANÇA DO TRABALHO NAS OBRAS OU FRENTES DE SERVIÇOS

Anexo V – RELATÓRIO DE INVENTÁRIO PATRIMONIAL

Anexo VI – FORMALÁRIO AUXILIAR DE AVALIAÇÃO POR SERVIÇO DA CONTRATADA

Anexo VII – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO FINAL DA CONTRATADA.